(As notas explicativas integram o con

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (EM R\$ 1) ATIVO NOTA 2.015 2.014 Assistência Educação CIRCULANTE CIRCULANTE 69.457 3.258.134 3.327.591 2.636.251 Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber Adiantamentos 66.412 2.313.549 2.379.961 1.418.511 Fornecedores Salários e tributos sobre a folha de pagamento 735 807 735 807 1.099.881 Empréstimos e financiamentos Obrigações de férias e encargos sociais Impostos e contribuições a recuperar 3.658 12.410 3.658 Outros Valores a Receber 90 90 Provisão para contingências Despesas antecipadas NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO 19 681 19 681 30 049 Outras obrigações NÃO CIRCULANTE Empréstimos e financiamentos 1.296.407 1.302.782 1.148.113 0 109.103 109.103 91.165 Depositos Judiciais 9.943 9.943 Provisão para contingências PATRIMÔNIO SOCIAL Impóstos e contribuições a recuperar Empréstimos a receber Juros sobre financiamento a apropriar 76.000 23.105 75.000 16.165 76.000 Patrimonio Social Superávit do período TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 1.056.948 10 1.187.304 Imobilizado 1.193.679 TOTAL DO ATIVO 554.541 4.630.373 3.784.364 njunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO (EM R\$ 1)					
	NOTA			PERÍC 01/JAN./2.015 A 31/DEZ./2.015	01/JAN./2.014 A
			Assistência		
		Educação	social		
RECEITAS OPERACIONAIS		506.394	13.996.210	14.502.604	14.000.812
Com vendas de produtos	17	0	7.327.031	7.327.031	8.784.542
Com serviços	17	0	1.251.367	1.251.367	1.240.877
Doações de pessoas físicas e jurídicas	17	0	1.074.677	1.074.677	434.599
Receitas com convênios	18/19	506.394	4.343.135	4.849.529	3.540.794
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS					
E SERVIÇOS PRESTADOS		(1.243.379)	(9.058.120)		
Produtos e serviços		0	(2.397.009)	(2.397.009)	(5.929.520)
Projetos de assistência social		0	(6.661.111)	(6.661.111)	(4.748.082)
Custos dos serviços educacionais		(1.243.379)	0	(1.243.379)	(596.445)
		2.726.765			
RECEITAS (DESPESAS) OPERACION. Despesas gerais e administrativas	AIS	(40.349)	(3.676.235) (2.524.393)	(3.743.996) (2.564.742)	(2.751.616) (1.216.442)
Despesas gerais e administrativas Despesas com gratuidades	20	(28.280)	(1.140.556)	(1.168.836)	(1.452.904)
Despesas com gratuidades Despesas tributárias	20	(28.280)	(41.501)	(41.501)	(26.546)
Despesas financeiras		(1.027)	(100.146)	(101.173)	(106.500)
Receitas financeiras		1.895	130.361	132.256	50.776
RESULTADO OPERACIONAL		(804.746)	1.261.855	457.109	(24.851)
Outras receitas		(804.740)	624.833	624.833	573.192
Outras despesas		0	(67.986)	(67.986)	(44.873)
SUPERÁVIT DO PERÍODO		(804.746)	1.818.702	1.013.956	503.468

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

CONTA	PATRIMÔNIO	SUPERÁVIT	TOTAL
DESCRIÇÃO	SOCIAL	DO PERÍODO	
SALDOS EM 01/JAN/2014	1.321.125	269.025	1.590.150
Incorporação do Superávit ao Patrimônio Social	269.025	(269.025)	C
Reclassificação contábil	(150.000)	0	(150.000)
Superávit do Período	0	503.468	503.468
SALDOS EM 31/DEZ/2014	1.440.150	503.468	1.943.618
Incorporação do Superávit ao Patrimônio Social	503.468	(503.468)	0
Superávit do Período	0	1.013.956	1.013.956
SALDOS EM 31/DEZ/2015	1.943.618	1.013.956	2.957.574

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em R\$ 1) PERÍODOS 01/JAN./2.015 01/JAN./2.014 A A 31/DEZ./2.015 31/DEZ./2.014 FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS Superávit do período Ajustes: Depreciação e amortização 1.013.956 503.468 121.742 Provisão para contingências Resultado líquido ajustado Variações nas contas a receber Variações nos adiantamentos Variações nos depósitos em garantias Variação nos depósitos judiciais Variação pos impostos e contribuição 91.808 91.000 1.227.506 364.074 699.136 (1.026.124) (21.867) (112.994) (90) (9.943) Variações nos impostos e contribuições a recuperar 8.697 2.428 (23.794)Outras variações ativas Variações nas contas a pagar com fornecedores Variações nas obrigações com funcionários Variações nas obrigações com férias e encargos sociais Outras variações passivas (134.334)379.734 (16.394) 93.144 26.778 150.297 197.227 860

PASSIVO

12

2.015

1.425.278

483.259

648.772

33.932

247.521 64.713 182.808

.957.574

1.943.618

1.013.956

4.630.373 3.784.364

7 931

Assistência

1.290.113

419.392

616.046

33.932

247.52

3.663.844

1.818.702

135.165

63.867

32.726

(706.270)

(804.746)

(571.105) 5.201.478

2.014

.548.033

499.653

86.880 555.628 13.000

292.713 214.713 78.000

1.943.618

503.468

392.790

(254.973)(254.973)

212.513

305.825

443.642

443.642 974.869 1.418.511

R\$5.582.018

R\$634.271

1.448.872 (258.473)

(258.473)

(228.949)

961.450

7.154

NOTA

No início do período
No fim do período (As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ cumprindo o que determina o seu ESTATUTO SOCIAL reuniu seus membros nesta data, para examinar as Demonstrações Financeiras da entidade que é composta pelo: Balanço Patrimonial; Demonstrações do Déficit/Superávit do Exercício; Demonstrações da Mutação do Patrimônio Social; Demonstrações de Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas; referente ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Após os exames e suas analises, deliberaram que as Demonstrações Contábeis, auditados nempresa Audiacto Auditores Independentes SS, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira nos seus aspectos relevante no Exercício Social de 2015.

relevante no Exercicio Social de 2015. Sendo assim o Conselho Fiscal opina pela APROVAÇÃO das referidas demonstrações. Curitiba, 03 de Junho de 2016. Shirlei Lucia Serratto Agenor Mateus Serratto Maria de Lourdes Oliveira

Outras variações passivas

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais

FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Aplicações no Ativo Imobilizado

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Recursos obtidos junto a terceiros

Recursos obtidos junto a terceiros

Caixa líquido utilizado/proveniente das atividades de financiamento

VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

CAIXA E FOLIUVAL ENTES DE CAIXA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇOES CONTABEI

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL.

A AÇAO SOCIAL DO PARANA - ASP, fundada em 13 de dezembro de 1944, com sede e foro à Rua Baltazar Carrasco dos Reis, nº 1787, em Curitiba Pr., é uma Associação filantrópica, sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado, inscrita no CNPJ/MF nº 76,712.918/0001-25 e com uma filial fundada em 08 de agosto de 2007, com sede e foro à Praça Rui Barbosa, nº 790 em Curitiba Pr., inscrita no CNPJ/MF nº 76,012.918/0002-06.

A ASP tem como diretriz "Caminhar com a comunidade e promover a vida" em uma busca constante do bem comum, de uma sociedade mais justa, de cidadãos plenos de direitos e dignidade, de políticas publicas efetivas que garantam que todas as familias possam gozar do bem-estar e da igualdade.

A ASP foi declarada de Utilidade Pública Federal pelo registro nº 24,639/97-06 de 19/11/1998 e no CEBAS — Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social, no qual somos certificados onde nossa ultima renovação foi determinada pela portaria nº 158 de 13 de novembro de 2013 do Diário Oficial da União datado de 14 de novembro de 2013.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, que abrangem, além das disposições da legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis — CPC.

As alletrações trazidas pela Lei número 11.638/07 e pela Lei número 11.941/09 à Lei número 6.404/76 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável.

Foi adotada, também, a Resolução do Conselho Federa de Contabilidade 1.409/2.012, que se refere à ITG 2002(R1) — Entidade sem final idade de lucros, a qual trata em específico dos aspectos contábeis das entidades sem fina lucrativos.

NOTA 3. PBINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

2002(RT) — Entrudos son comerciales sem fins lucrativos.
sem fins lucrativos.
NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS
Dentre os principais procedimentos contábeis adotados para a preparação das demonstrações contábeis ressal-

almos.

a) MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO
As demonstrações contábeis estão apresentas em Real, que é a moeda funcional da instituição. Todas as informações apresentadas em Real forma arredondadas, eliminando os centavos.
b) RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS

As receitas, quetes e deveses processories de consequencia de acordo com a sua competância.

b) RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS
As receitas, custos e despesas foram registrados por seus valores originais e de acordo com a sua competência.
c) PERDAS ESTIMADAS PARA CREDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA
Durante o ano de 2015 não foram reconhecidos valores a título de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa para os recebiveis, tendo em vista que os valores estão sendo liquidados dentro das nossas previsões de recebimentos e, as negociações de valores a receber de alguns órgãos públicos, estão ocorrendo e com boas perspectivas de realização.
d) ESTOQUES
Os estoques estão representados basicamente por itens de alimentação avaliados pelos custos médios de aquisição, líquidos de impostos, que não superam os valores de recuperabilidade.
Encontra-se zerado em função da rotatividade dos produtos, que ocorre dentro do próprio mês, pois a grande maioria dos produtos é perecível. Com essa política reduzimos custos de estocagem e zelamos pela qualidade dos produtos.

e) IMOBILIZADO

Está demonstrado pelo custo de aquisição deduzido das suas depreciações correspondentes.

9 OBRIGAÇÕES DE FERIAS E ENCARGOS SOCIAIS

Foram constituídas provisões, com base no regime de competência, observando as férias transcorridas e ainda não gozadas, num montante julgado suficiente para cobertura das obrigações com férias dos seus funcionários, apropriadas até a data de encerramento do balanço.

Essas provisões foram calculadas partindo do número de dias de férias, convertidos para valor em moeda pelo salário atual de cada funcionário, acrescidas de um terço constitucional e os respectivos encargos sociais, conforme legislação trabalhista em vigor.

salário atual de cada funcionário, acrescidas de um terço constitucional e os respectivos encargos sociais, conforme legislação trabalhista em vigor.

g) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com as normas contábeis brasileiras e exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas e Estimativas e premissas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

h) GERENCIAMENTO DO RISCO

A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco, juntamente com seus conselhos de administração e fiscal.

O objetivo da Administração é controlar os riscos operacionais de contas a receber, de créditos, de investimentos, de liquidez, para que com estes cuidados evitar a ocorrência de perdas financeiras e danos à reputação da instituição, buscado a eficiência dos custos sem restringir a iniciativa e a criatividade de seus colaboradores.

NOTA 4. CAIXA E QUIVALENTES DE CAIXA Incluem o caixa, depôsitos bancários e investimentos de curto prazo compostos por aplicações em poupanca e

Incluem o caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo compostos por aplicações em poupança e fundos de renda fixa e possuem liquidez imediata.

Descrição

Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	2.227.189	1.405.326
Totais	2.379.961	1.418.511
NOTA 5. CONTAS A RECEBER Estão apresentadas pelos valores originais, ajustadas pela expectativa de p demonstrado a seguir:	perdas na sua realização	, conforme

Descrição

NOTA 6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR Saldo composto por valores a recuperar junto à Receita Federal do Brasil. Quanto ao saldo do ISS, existe um processo de restituição desses valor.

2.015 Descrição

Impostos federais	3.658	6.883
INSS	0	5.527
Total de impostos e contrib. a recup Circulante	3.658	12.410
ISS	55	0
Totaldeimp. e contrib. a recup Não Circulante	55	0
NOTA 7. ADIANTAMENTOS		
Osvalores de adjentamento gempragados refere-se a emprástimos que estão	cando deccontados no	realadamente em

Osvalores de adiantamento aempregados refere-se a empréstimos que estão sendo descontados parceladamente em folha de cunho particulares e ou prejuizos de danos materiais, valores de adiantamento de férias serão compensados com as férias gozadas em janeiro de 2016. O valor adiantado a fornecedores será abatido na próxima aquisição de mercadoria; adiantamento a moradora refere-se a empréstimos feitos para pagamentos de pequenas despesas das moradoras do Asilo são Vícente de Paulo, que serão compensadas no momento da liberação de seus beneficios sociais e/ou cobrado de seus responsáveis legais.

Adiantamento a empregados	3.305	51 0
Adiantamentos de férias	27.973	
Adiantamentos a fornecedores	4:	51 12.693
Adiantamento a moradoras	157.07	1 27.828
Totais	188.394	4 75.400
NOTA 8. OUTROS VALORES A RECEBER		

NO LA S. OUTROS VALORES A RECEBER
Os valores registrados nessa conta referiam-se aos depósitos em garantia efetuados junto a Prefeitura Municipal de Curitiba, para garantir os projetos dos Restaurantes Populares. Para manter a garantia dos contratos foi optado pela contratação de seguros de responsabilidade contratual.
NOTA 9. EMPRESTIMOS A RECEBER
Saldo referente a repasses efetuados para o Asilo São Vicente de Paulo, R\$76.000,00 na época em que a mantenedora era a Fundação Educacional Itaqui, que será recebido em 2016.
NOTA 10. IMOBILIZADO
Estão representados pelos seus valoresoriginais. Quando cabival deduzidos da depocações a grantica 7.

Estão representados pelos seus valoresoriginais. Quando cabivel, deduzidos da depreciação e amortização acumulada, conforme demonstrado no quadro seguinte:

Descrição	2.015	2.014
Terrenos	243.783	243.783
Benfeitorias em imóveis de terceiros	32,773	32,773
Veículos	429.401	386.401
Máquinas e equipamentos	159.400	112.714
Móveis e utensílios	305.337	230.300
Equipamentos de informática	214.188	134.438
Obras em andamento	391.109	391.109
Outras imobilizações	52.500	38.500
(-) Depreciação acumulada	(634.812)	(513.070)
Totais	1.193.679	1.056.948
As movimentações do imobilizado foram feitas para adequações, atualizaçõe equinamentos	ies e substituições	de veículos e de

equipamentos.
NOTA 11. FORNECEDORES
Os valores registrados na conta fornecedores foram liquidados nos primeiros meses de 2016

Fornecedores	251.384	385.718
NOTA 12. SALÁRIOS E TRIBUTOS SOBRE A FOLHADE PAGAMEN Estão representados pelos valores originais, conforme demonstrado no quadr		
Descrição	2.015	2.014

NOTA 13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

NOTA 13. EMPRESTIMOS E FINANCIAMA EL CONTROLLA DE CONTROL

Especificação	2.015	2.014
Empréstimos instituições financeiras	7.931	86.880
Passivo Circulante	7.931	86.880
Empréstimos e financiamentos	64.713	214.713
Passivo Não Circulante	64.713	214.713
NOTA 14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	volor do D\$192 909 (c	anto a oitanta a

dois mil, oitocentos e oitoreais) no passivo não circulante, baseado no relatório de nossos advogados, representado

pela conta Provisões para Contingências. Para os processos de Tomada Especial de Contas, existentes junto ao Tribunal de Contas, não foram constituídas provisões devido aos processos se tratarem apenas a divergências burocráticas, resultando em punições mais

provisoes devido aos processos se tratarem apenas a divergencias burocraticas, resultando em punições mais orientativas que finançeirans.
NOTA 15, PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Refere-se ao resultado (déficit/superávit) apurado em cada período, incorporado ao patrimônio social, para manutenção dos objetivos sociais da Entidade.

A Entidade não remunera os membros componentes de sua diretoria, conselheiros, associados ou equivalentes e não distribui ou concede vantagens sob nenhuma forma.

NOTA 16, SEGRECAÇÃO POR ATIVIDADE OPERACIONAL

Atendendo ao disposto na legislação vigente, a Entidade mantém a escrituração contábil segregada por área de atuação, inclusive suas demonstrações financeiras.

NOTA 17, RECEITASOPERACIONAIS

As receitas da Entidade são anuradas através de recursos próprios doações recebidas de nessoas Físicas e Jurídicas

NOTA 17. RECEITASOPERACIONAIS

As receitas da Entidade são apuradas através de recursos próprios, doações recebidas de pessoas Físicas e Jurídicas, prestação de serviços, vendas de bazar, festas, eventos e de convênios e contratos com o governo federal, estadual e municipal, alémde entidades privadas.

Fazem parte de nossas atividades: administrar os Restaurantes Populares de Curitiba e um em Maringá, administrar e manter o Asilo São Vicente de Paulo, administrar a Central de Abastecimento dando suporte logistico para a distribuição de alimentos, Creches, Brinquedotecas e diversos projetos voltados ábusca constante do bem comum. No ano de 2015, as receitas que recebemos do Poder Público e ou de entidades privadas em auxílios aos convênios e subvenções, resultaram no valor de R\$3.919.841,00(três milhões novecentos e dezenove mile o itocentos e quarenta e um reais).

Todos os recursos recebidos pela Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelos seus, custos, despesas e investimentos patrimoniais, apurando-se um superávit de R\$1.013.956 (um milhão, treze mil e novecentos e cinquenta e seisreais)para o exercício de 2015.

NOTA 18. PROJETOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONVENIADOS.

Em atendimento aos seus objetivos estatutários, e em aderência aos preceitos estabelecidos na Lei 12.101/2009, alterada pela lei 12.868/2013, a Entidade aplicou uma parcela substancial dos seus recursos em projetos de assistência social e outras ações de caráter filantrópico.

A Entidade mantém os seguintes projetos sociais com recursos de convênios:

SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Quantidade de Atendidos

Valor Aplicado

Valor Aplicado BRINQUEDOTECA EMAÇÃO - Unidade Boqueirão
Proteção Social Básica - Serviçode Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 06 a 14 Anos. Tendo como objetivofortalecer vínculos familiares e comunitários visamonta prevenção das situações de riscos crianças e adolescentes de 0 protagonizo no acesso aos seus direitos.

R\$47.058

BRINQUEDOTECA EM AÇÃO – Unidade Tatuquara
Proteção Social Básica – Serviçode Convivência e Fortalecimento de Vínculos
para Crianças e Adolescentes de 06 a 14 Anos. Tendo como objetivofortalecer
vinculos familiares e comunitários visamonta o prevenção das situações de riscos
sociais e viabilizar a promoção do protagonizo no acesso aos seus direitos.

R\$46.421

CENTRO DIA – ASILO SÃO VICENTE DE PAULO

É um programa voltado para idosos de ambos os sexos que vivem com suas
famílias e que oferece atividades ocupacionais, culturas, fisicas e de lazer, todas
elas acompanhadas por uma equipe técnica capacitada. Os participantes ficam
no local durante o dia, permanecendo no convivio com seus familiares à noite
e nos fins de semana. O programa proporciona ao idoso além do atendimento,
um espaço onde ele possa conviver com outras pessoas.

ASILO SÃO VICENTE DE PAULO
Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Serviços de Acolhimento
Institucional de Longa Permanência para Idosos. Tendo como objetivo implementar ações de atendimento integral institucional, em modalidade de longa
permanência, para idosas com diferentes necessidades e graus de dependência,
em consonância com a tipificação nacional de serviços sócio assistenciais.

Total dos Projetos de Assistência Social R\$5.802.314

Total dos Projetos de Assistência Social *** R\$5.802.314 NOTA 19. PROJETOS EDUCACIONAISCONVENIADOS

Em outubro de 2013 foi sancionada a Lei 12868 que trouxe substanciais alterações à Lei 12101/2009, em especial sobre a apuração da gratuidade na área da educação. Estas alterações serão consideradas pelo Ministério da Educação na avaliação dos requerimentos de concessão ou renovação protocolados a partir de 01/01/2016. No entanto, é facultada a adoção destes novos critérios já a partir do ano de 2013, conforme previsto no Parágrafo Unico do artigo 16 da Lei 12868/2013. Com estas alterações, agratuidade na área da educação deverá ser apurada mediante a proporção de alunos bolsistas em relação aos pagantes: uma (1) bolsa integral para cada cinco (5) alunos pagantes, sendo permitidas as bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) para o cumprimento desta meta, desde que respeitado um mínimo de uma (1) bolsa integral para cada nove (9) pagantes.

Todos os serviços educacionais são 100% gratuitos aos alunos beneficiados.

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL BRILHO DO SOL O Centro de Educação Infantil Brilho do Sol tem por objetivo atender os princípios e disposições previstas na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Basês da Educação Nacional e proposta pedagógica devidamente autorizada

e Dises da Ludeciva.

Possibilitar o desenvolvimento integral da criança por meio da Educação Infantil em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade, via legislações postas emplementation à a avad la minima e da containdade, via legislações posads que potencializem os serviços. Objetivos específicos: - Igualdade de condições para acesso e permanência no CEI, vedada qualquer

Igualidade de confuções para de forma de descriminação e segregação;
 Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e expressar o pensamento, a arte

o saber; Valorizar o profissional de ensino; Realizar Gestão democrática do CEI Brilho do Sol; Formar um caráter nobre, capacitando-o ao pleno exercício da cidadania; Transformar os educando em seres pensantes, e não meros refletores de manmentos alheios, capazes de desenvolver a autonomia e fazer suas próprias Valorizar a família mediante integração escola e comunidade;

- Valorizar a familia mediante integração escola e comunidade;
- Respeitar as leis e autoridades constituídas;
- CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL BOM PASTOR – ASP
O Centro de Educação Infantil Bom Pastor - ASP, iniciou suas atividades em agosto de 2014, terá sua capacidade plena atingida em 2015, que é de 163 crianças. Tem por objetivo atender os principios e disposições previstas na Constituição Federal e na Lei de Direttrizes e Bases da Educação Nacional e proposta pedagógica devidamente autorizada que objetivam:
- Possibilitar o desenvolvimento integral da criança por meio da Educação Infantil em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade, via legislações postas que potencializem os serviços.
- Objetivos específicos:
- Igualdade de condições para acesso e permanência no CEI, vedada qualquer forma de descriminação e segregação;
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e expressar o pensamento, a arte e o saber;
- Valorizar o profissional de ensino:

Valorizar o profissional de ensino;
 Valorizar o profissional de ensino;
 Realizar Gestão democrática do CEI Brilho do Sol;
 Formar um caráter nobre, capacitando-o ao pleno exercício da cidadania;
 Transformar os educandoem seres pensantes, e não meros refletores de pensamentos alheios, capazes de desenvolver a autonomia e fazer suas próprias escolhas;
 Valorizar a familia mediante integração escola e comunidade;
 Respeitar as leis e autoridades constituídas;

Total dos Custos com serviços educacionais

Com relação aos demais itens requeridos (adequar às diretrizes do PNE, atender aos padrões mínimos de qualidade e prestar informações aos Censos Educacionais), o Centro de Educação Infantil da Ação Social do Paraná está em plena regularidade perante o Ministério da Educação.

NOTA 20. RECURSOS PROPRIOS A Instituição utilizou de recursos próprios o valor de R\$1.168.836(um milhão, cento e sessenta e oito mil e oitocentos e trinta e seis reais) para complementar suas atividades sociais, que não foram contempladas nos projetos subsidiados e citados na nota 18, e também para cobrir seus custos operacionais e administrativos.

NOTA 21. BENEFICIOS FISCAIS

A Instituição na condição de Projeta de Pr

A Instituição na condição de Entidade sem fins lucrativos e de caráter filantrópico, nos termos da legislação vigente, se beneficiou do não recolhimento de tributos e contribuições. A seguir, estão estimados os principais beneficios: Valores estimados 2.015 2.014 Descrição

Contribuição Social sobre o faturamento – COFINS	421.278	420.024
Imposto de Renda – IRPJ	253.465	101.867
Contribuição Social – CSLL	91.256	45.312
INSS Patronal	1.641.674	1.292.841
ICMS	400.976	513.904
IPVA	12.562	5.538
Imposto sobre Servicos de Oualquer Natureza - ISSON	62.568	62.044
Total	2.883.779	2.441.530
NOTA 22. SEGUROS A Entidade mantém seguros de sua frota de veículos, com apólice	de cobertura com 10% a mai	s da tabela FIPE.

e mantém seguros de garantias sobre contratos de serviços, em substituição a depósitos de caução, nos casos em Os seguros são apropriados às despesas conforme o principio de competência. NOTA 23. FINALIZAÇÃO DAS DEMONTRAÇÕES FINANCEÍRAS

As Demonstrações Contábeis foram concluídas e autorizadas para a publicação pela Administração. Giceli Stoco Coordenadora Financeira

Valdecyr dos Santos Xavier Contador

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Diretores e Administradores da
AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ
Curtiba – PR
Examinamos as demonstrações contábeis da AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ, que
compreendem o balanço patrimonial na data de 31 de dezembro de 2015 e as
respectivas demonstrações, do resultado do período, das mutações do patrimônio
líquido e dos fluxos de caixa na data referida, assim como o resumo das principais
práticas contábeis è demansi notas explicativas.
Responsabilidade da administração da AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ sobre
A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada
apresentação dessas demonstrações contábeis, de acordo com as práticas
contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como
necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis idves de
distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações

contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis, independententos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avallação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avallação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da AÇÃO SOCIAL DÖ PARANA para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficação da seperado das prefues tornidade. Uma auditoria inclui, também, a avallação da adequação das praticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contâbeis feitas pela administração, be mo como a avaliação da apresentação das demonstrações contâbeis otorno a avaliação Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AÇÃO SOCIAL DO PARANA, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo paquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Enfase
Conforme mencionado na nota explicativa 3-C às demonstrações contábeis a
Entidade entende que não se faz necessário constituir uma provisão para perdas
estimadas com seus recebíveis, visto que as negociações junto aos devedores
estão ocorrendo para sua realização.
Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.
Curtiba, 13 de junho de 2.016.

AUDIACTO AUDITORES INDEPENDENTES SS

CRC - PR - 004.618/0-9 CVM 12.181 SANDRO GABRIEL DA SILVA KAIBER CONTADOR CRC-PR 045.891/O-1 CNAI 3603